



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES - CAMPUS III  
DEPARTAMENTO DE LETRAS  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

MARIA LÚCIA SERRANO DE SOUZA

A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA PERSPECTIVA  
PSICOGENÉTICA

GUARABIRA - PB  
2011

MARIA LÚCIA SERRANO DE SOUZA

A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA PERSPECTIVA  
PSICOGENÉTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação Licenciatura Plena em Letras da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ms..Rita de Cássia da Rocha Cavalcante.

GUARABIRA – PB  
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

S719a

Souza, Maria Lúcia Serrano

A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva psicogenética / Maria Lúcia Serrano de Souza. – Guarabira: UEPB, 2011.

12f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. Rita de Cássia da Rocha Cavalcante”.

1. Educação de Jovens e Adultos      2. Psicogênese  
3. Alfabetização                              I. Título

22.ed. 374

A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA PERSPECTIVA  
PSICOGENÉTICA

Artigo Científico apresentado à Universidade Estadual da Paraíba – Campus III,  
em cumprimento aos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Letras.

Orientadora: Profª. Ms. Rita de Cássia da Rocha Cavalcante.

Aprovado em 09 de dezembro 2011.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profª. Ms. Rita de Cássia da Rocha Cavalcante

(Orientadora – Presidente)



Profª. Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

(1ª Examinador)



Prof. Ms. José Otávio da Silva

(2º Examinador)

Guarabira, 2011.

## A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA PERSPECTIVA PSICOGENÉTICA

Maria Lúcia Serrano de Souza<sup>1</sup>

Prof<sup>a</sup> Ms. Rita de Cássia da Rocha Cavalcante(UEPB-Orientadora).

### RESUMO

Este artigo centra-se na linha da psicogênese em suas obras clássicas e nas produções mais recentes de autores brasileiros tratando do processo de aquisição da escrita e da leitura de jovens e adultos. A investigação das contribuições do Paradigma Psicogenético no trabalho de alfabetizar pessoas jovens e adultas, ora exposto, foi delineada pela inquietação em saber como e se as pesquisas psicogenéticas desenvolvidas para as crianças podem ser significativas de alguma forma na prática educativa de jovens e adultos em fase de alfabetização, uma vez que estes se configuram como grupos etários em diferentes fases de desenvolvimento.

**PALAVRAS- CHAVE:** Educação. Psicogenética. Jovens e adultos. Alfabetização.

### 1- INTRODUÇÃO

Assenta-se a necessidade de estudar os efeitos da teoria psicogenética para jovens e adultos não como uma tentativa de formular um método de ensino e sim como uma possibilidade de reflexão.

Foram selecionados três tópicos relacionados aos objetivos propostos, a saber: Apresentar as pesquisas e a psicogênese como forma de situar todo o entendimento da temática; conhecer as teorias fundamentais de Piaget, Ferreiro e Luria no que concerne a aprendizagem da lecto-escrita; e, finalmente, a Alfabetização, desmetodização e perspectiva crítica voltando o olhar crítico para a educação de jovens e adultos.

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e graduanda em Letras com habilitação em Língua Inglesa pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. E-mail:marialuciaserrano@bol.com.br.

Com o levantamento bibliográfico realizado, sente-se a necessidade de definição e adoção da perspectiva teórica da psicogênese. Entende-se que essa definição possibilitará respostas a aprendizagem da escrita e da leitura.

## 2- APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM ESCRITA E DA LEITURA

### 2.1- AS PESQUISAS E A PSICOGÊNESE

Durante a década de 70, a escrita passa a ser objeto de estudo psicológico e psicopedagógico no âmbito escolar. As primeiras pesquisas sobre aquisição da leitura e da escrita apontam que o indivíduo só se alfabetiza caso possua uma predisposição chamada “predisposição pedagógica” Que seria a capacidade estritamente humana de apreciar a possibilidade de demonstrar ou corrigir nosso desempenho (Premack , citado por Landsmann et al, 1998).

Para Luria (1929-1978) e Vygotsky (1978) um indivíduo estaria apto a aprender a escrever quando soubesse discriminar brinquedos e objetos que possuam a característica do meio para conseguir outros. Em outras palavras, é preciso que esse indivíduo saiba diferenciar o que tem um valor utilitário daquilo que não tem. Além disso, para esses estudiosos, o indivíduo deveria ainda saber controlar seu próprio comportamento a partir de então começaria o desenvolvimento cultural.

Vygotsky, citado por Landsmann 1998, defende duas linhas para o desenvolvimento da escrita, uma natural e outra cultural. O desenvolvimento natural pode ser entendido através de imitações e gestos onde o indivíduo entende ser a escrita representações de coisas do seu meio. Já o cultural, começa na escola, com a instrução aí ele compreenderá que a escrita representa as palavras. Sugerindo uma origem natural para o desenvolvimento da escrita, considera-se que é a partir das tentativas de escrita (a chamada Pré-escrita), que se chega ao conhecimento do funcionamento da escrita. Desta forma há duas posições com relação ao aprendizado da escrita segundo Landsmann (1988) para um grupo de teóricos se chega ao significado da mensagem escrita a partir da definição, das correspondências fonográficas e da identificação de palavras independentes de um contexto comunicativo.

Esta abordagem é a que o autor, já citado, chamou de reducionista, porque afirma que qualquer habilidade pode ser decomposta em seus correspondentes mais simples e que aprendemos partindo dos componentes mais simples aos mais complexos. No que concerne à escrita, há dois elementos que a compõe, a soletração e a ideação.

Para explicar as dificuldades na aprendizagem são usados os mesmos princípios reducionistas. Se um indivíduo apresenta dificuldades de soletrar (correspondência fonográfica) não poderá construir um texto nem lhe atribuir sentido.

Em oposição a estes teóricos da teoria reducionista estão aqueles que abordam a escrita a partir de uma perspectiva psicológica baseadas nas contribuições de Piaget que defende haver um trabalho intelectual por parte do aprendiz no processo de conhecimento.

Outra questão importante é que nenhum conhecimento começa do zero e todo conhecimento deve ser construído pelo sujeito, mesmo os sistemas convencionais, como é o caso da escrita. Este aspecto pode ser observado em salas de aula da EJA<sup>2</sup> em que o aluno tem um vasto conhecimento interno, pessoal decorrente de sua vivência diária, chegando à escola com amplos saberes que podem ser analisados para assim transformá-lo em conhecimento científico refletido e estruturado.

Assim o sujeito é ativo, não esperará que alguém lhe ensine decide o que vai lhe ensinar e mesmo quando isto ocorrer é o aprendiz quem selecionará o que, e como aprender.

Piaget e Vygotsky (1978) apoiam a inclusão da escrita no âmbito da função semiótica, apesar do primeiro nunca se pronunciar a cerca das relações entre a escrita e outras formas de simbolização. Outro fato é a neutralidade de domínio que seria o reconhecimento, por Piaget e Skinner dos mecanismos de aquisição do conhecimento como sendo similares independentes do estágio evolutivo do sujeito. O sujeito então na fase adulta pode facilmente obter conhecimento científico de qualquer natureza desde que seja provocado.

Outras teorias Piagetinas em vigor, afirmam em concordância com Ferreiro, que o notacional dependeria do nocional (o conhecimento da escrita seria um produto do desenvolvimento cognitivo).

## 2.2 AS TEORIAS: PIAGET, FERREIRO E LURIA

Quando se realiza uma análise sobre a literatura que trata de aprendizagem da língua escrita aparecem basicamente, afirma Ferreiro (1991), duas linhas teóricas: Uma centrada na difusão de métodos, outra voltada para descrição da lista de capacidades necessárias envolvidas nessa aprendizagem.

---

<sup>2</sup> Utilizando essa sigla significando Educação de Jovens e Adultos, não a um programa específico.

O que se nota, segundo a autora, é a negação do aprendiz como sujeito ativo de sua própria aprendizagem. Para Ferreiro (1991,p.26), a teoria de Piaget preenche a lacuna deixada pela abordagem anteriormente explicitada, já que:

Um sujeito que procura ativamente compreender o mundo que o rodeia, e trata de resolver as interrogações que este mundo provoca. Não é sujeito que espera que alguém que possui um conhecimento o transmita a ele, por um ato de benevolência. É um sujeito que aprende basicamente através de suas ações com os objetivos do mundo, e que constrói suas próprias categorias de pensamento ao mesmo tempo em que organiza seu mundo.

Dentro desta perspectiva o conhecimento, de qualquer natureza, não resulta de métodos de ensino, ou de certos estímulos pré-definidos, mas resulta da atividade intelectual do sujeito, visto que, estes já nascem com a capacidade de pensar e esta capacidade vai progressivamente sendo aprimorada a partir de sua relação com o objeto de conhecimento. O que explicaria a necessidade de aprender (querer aprender) mesmo depois de adulto, daí o interesse do indivíduo pelo EJA.

Ferreiro apoia-se no conhecimento da teoria Piagetiana para afirmar que em se tratando de leitura e escrita não é diferente o processo de aprendizagem, mesmo que o próprio Piaget não tenha realizado nenhuma investigação, nem reflexão sistemática sobre o tema. O que está em jogo afirma Ferreiro (1991): “É a concepção que se tem sobre a teoria de Piaget: Ou se concebe como uma teoria limitada aos processos de aquisição do conhecimento lógico-matemático, ou como uma teoria geral dos processos de aquisição do conhecimento” (p.28)

Para ela a última interpretação é a mais adequada para compreender uma nova maneira do processo de construção de conhecimento e isso inclui a aprendizagem da leitura e escrita. Ferreiro realizou trabalhos investigativos para comprovar que aprendizagem da escrita implica uma história no interior do desenvolvimento individual que se inicia muito antes da escolarização formal.

A respeito das conclusões a que Ferreiro chegou, sobre a sequência genética da aquisição da escrita, Azenha (1957) aponta que os indivíduos constroem hipóteses a respeito da linguagem escrita, que se sucede em uma progressão regular, constituindo os níveis ou fases de aquisição da escrita.

O primeiro deles é a distinção entre a representação icônica e não-icônica pela construção de formas de diferenciação intra-figural, nesta fase há dificuldade para realizar a



distinção entre desenhos e letras; O segundo período é marcado pela construção de formas de diferenciações inter-figurais em que há três hipóteses com as quais os aprendizes trabalham: a hipótese silábica, a hipótese silábico-alfabética e a hipótese alfabética; e o terceiro é caracterizado pela fonetização da escrita marcado pela incorporação de recursos de fonetização a escrita.

Uma das principais contribuições da psicogênese em conformidade com as ideias de Ferreiro é a de se conseguir compreender como o sujeito pensa que se estrutura o sistema alfabético e re significar esses estudos para categoria de jovens e adultos. Não se deve, no entanto fazer uma transposição pura e simples desse referencial para a EJA é preciso repensar aspectos aplicáveis a este grupo observando as particularidades da escrita próprias de cada indivíduo.

Para uma melhor compreensão dos resultados da pesquisa, é mister esclarecer que Luria, diferente de Ferreiro, utiliza como referência teórica, os conhecimentos elaborados por Vygotsky, que parte do princípio que a aprendizagem resulta da interação entre os indivíduos e da utilização dos instrumentos culturais produzidos socialmente, basicamente a aprendizagem se dá por imitação. (Azenha, 1997).

Para Luria, citada por Azenha, et al (1997) os sujeitos precisam de pré requisitos para atuar com escrita: “O primeiro consiste na capacidade que as crianças devam de atuar de forma indireta na sua relação com o mundo [...]O segundo [...] consiste em ser capaz de controlar seu próprio comportamento (p.48)

Há pontos divergentes entre Ferreiro e Luria, como é o caso das teorias que servem de suporte para as pesquisas, visto que Ferreiro apoia-se em Piaget e Luria em Vigotsky. São em princípio abordagens diferenciadas. Ambas defendem que a aprendizagem da escrita se inicia antes da escolarização formal, além disso, há a convergência de que a aprendizagem da escrita não é resultado de um ensino mecanicista que nega o sujeito e os seus saberes culturais, sem esquecer que ambas compreendem a alfabetização como um processo de complexidade crescente, que parte de idéias bastante primitivas até a compreensão do sistema o que perpassa na ideologia da EJA.

### 2.3- ALFABETIZAÇÃO, DESMETODIZAÇÃO E PERSPECTIVA CRÍTICA

Segundo Mortatti (2000), a partir do início da década de 80, a alfabetização ganha dimensões políticas. Aparece como sendo um dos instrumentos essenciais para a construção de uma escola verdadeiramente democrática e igualitária.

Foi a partir do fracasso escolar das crianças das classes menos favorecidas que os estudiosos realizaram pesquisas para tentar compreender o fenômeno. Neste universo, as pesquisas de Ferreiro e Teberosky, citado por Mortatti et al (2000), aparecem como uma mais valiosa contribuição para ver a questão sob lógica psicológica, pois até então os estudos sobre o assunto apontavam que o fracasso escolar na alfabetização se resolveria com a aplicação de técnicas de ensino.

A partir da teoria Psicogenética de Ferreiro, o aprendiz foi visto como cerne do processo de aprendizagem. A ideia de que a criança aprende através de métodos e/ou técnicas de ensino foi duramente contestada, pois para a nova abordagem o aluno aprende sobre a escrita antes do professor ou a escola lhe darem permissão para isso.

Este corpo serviu de base para a revisão das formas tradicionais do trabalho em sala de aula e o tratamento que tem marcado a relação professor-aluno, de forma garantir as crianças pobres o sucesso na alfabetização.

A questão da alfabetização como instrumento de inclusão social assumida pelas instituições oficiais, que passaram a difundir os conhecimentos provenientes da teoria psicogenética, partindo do princípio que esta abordagem precisaria ser assumida pelos professores na sala de aula, para que pudesse pensar e concretizar a aprendizagem das camadas pobres no período de alfabetização.

Ocorre o estímulo aos relatos da experiência bem-sucedidas, como caminho possível de aplicação prática e de se provar e/ou demonstrar a viabilidade das teorias construtivistas.

O fracasso escolar ainda resiste vigoroso, disso resultou a necessidade de incorporar “novas teorias” e as implicações pedagógicas delas decorrentes a fim de enfrentar o fenômeno, com bases sociolinguísticas, que visam preencher as lacunas deixadas pela perspectiva construtivista.

Um sinal deste novo momento é sentido a partir de artigos produzidos por Magda Soares (1985), tratando da alfabetização como base na psicolinguística, sociolinguística e na linguística.

Outro estudioso da questão é Smolka, citado por Mortatti (2000), que apresenta um discurso “mais novo” e em certos divergentes da teoria construtivista, pois passa a abordar a alfabetização deslocando a discussão de “como” para “porque” e “para que” ensinar e aprender a escrita na fase inicial da alfabetização. Estas “novas teorias são apoiadas, entre

outras, nas idéias de Vygotsky, que diferente de Piaget sobre quem se apoiou Ferreiro e Teberosky, enfatiza o papel do adulto como “regulador” na relação como criança.

A abordagem proposta por Smolka contribui para delinear uma nova tendência: o deslocamento para o “discurso interacionista”, decorrente de certo esgotamento e questionamento do discurso construtivista”, sem no entanto desconsidera-lo, o que acaba por resultar em outro tipo de ecletismo sintetizado na expressão sócio-construtivista.

Geraldi (2000), focaliza a interlocução como espaço privilegiado para se pensar o ensino. Enfatizando a natureza histórica e social da língua, dos sujeitos e das interações verbais, tornando-se fundamental compreender o trabalho linguístico do sujeito como atividade que constitui e entrecruza produção histórica e social de sistemas de reverências e de operações discursivas.

Neste contexto, o ensino da língua, centra-se no trabalho com texto, entendido como atividade de produção de sentidos. O professor passa a ser o interlocutor entre o texto e a aprendizagem, e o aluno, sujeito leitor e autor de seus textos.

Para Mortatti (2000), uma das maiores contribuições de Geraldi para alfabetização constitui em discutir esse processo como ensino da língua e subordinado aos princípios do interacionismo linguístico.

Como se pode ver, apesar de toda euforia e convencimento advindo da disseminação de teorias e de experiências bem sucedidas na perspectiva construtivista e da incorporação de outras abordagens na discussão sobre o fracasso escolar, essa questão está ao que tudo indica, longe de ser esgotada e está aberto ainda há inúmeros estudos e ações que objetivem superar este concreto de exclusão educacional dos pobres do Brasil.

### 3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se a partir deste trabalho que os indivíduos das diferentes idades e classes sociais aprendem sobre a leitura e a escrita, muito antes de frequentar a escola. Isso ocorre devido a capacidade intelectual destes que ao terem contato com materiais escritos passam a refletir e aprender sobre eles de forma autônoma. Além disso, o contato com pessoas alfabetizadas, somando a necessidade de comunicação os impulsiona para a compreensão do sistema alfabético da escrita.

Sabe-se que os alunos que compõem a educação de jovens e adultos são economicamente desfavorecidos e são duplamente excluídos quando analfabetos. A escola tem colaborado historicamente para a exclusão sócio-educacional das massas

populares por razões pedagógicas e políticas, mas pode reverter este quadro se compreender que estas pessoas são capazes de aprender para poder emancipar e lutar por seus direitos.

A alfabetização por si só não garante a igualdade de condições, mas é um valiosíssimo instrumento de inserção social.

#### ABSTRACT:

This article focuses on the psychogenesis and in its classic works and the latest production of Brazilian authors, dealing with the acquisition of reading and writing for young learners and adults. The investigation of the contributions of Psychogenetic Paradigm, in the work of youth and adult literacy, was outlined by the worry in knowing how and whether the developed psychogenetic research for children can be significant in some way, in educational practice of young people and adults in their beginning literacy, since these are formed as the age groups in different stages of development.

Key Words: Education. Psychogenetic. Literacy.

#### 4- REFERÊNCIAS:

AZENHA, Maria da Graça. **Imagens e letras: Ferreiro e Lúria- duas teorias psicogenéticas**.3. ed. São Paulo: Ática, 1997.

CARVALHO, Janete Magalhães. **Diferentes perspectivas da formação docente na atualidade**. Vitória: EDUFES, 2002.

FERREIRA, Emília e TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco e Mário Corso. 4. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FREIRE, Paulo. **Alfabetização :leitura da palavra leitura do mundo**. Tradução Lúlio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1990.

GERALDI, Corinta Maria Grisolia; FLORINTIN, Dario; PEREIRA,Elisabete Monteiro de A. **Cartografias do trabalho docente**.São Paulo: Mercado de Letras:ALB,1998.

KUENZER, Acácia Zenida; PINTO, Ana Maria Rezende, SALM, Cláudio et al. **Trabalho e educação**. 2 ed. São Paulo: Papyrus, 1994.

LANDSMANN, Liliana Tolchinsky. **Aprendizagem da linguagem escrita**. São Paulo: Ática, 1998.

MORTATI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: UNESP, CONPED, 2000.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky**. Maceió: EDUFAL, 1999.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita: A alfabetização como processo discursivo**. 6 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: EDUESP, 1993.

VALE, Maria José. **Concepção sócio-progressista da educação: alguns pressupostos**. São Paulo: IPF, 2002.